



Tópico 1 - Nº 31

**USO RELIGIOSO EM SALAS DE CINEMA PRESERVADAS**

**SANTOS, Bruno Sarmiento dos (1); RIBEIRO, Rosina Trevisan M. (2)**

*(1) Arquiteto, mestrando do Programa de Pós-graduação em arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro;*

*brunurb@yahoo.com.br*

*(2) Arquiteta, D. Sc., professora do Programa de Pós-graduação em arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro*

*rosinatrevisan@gmail.com*

**RESUMO**

No presente artigo será analisado o processo da transformação de uso de edifícios históricos localizados na cidade do Rio de Janeiro. Para tanto será utilizado como estudo de caso as salas de cinema preservadas que foram adaptadas para receber novas funções.

O artigo tratará dos aspectos materiais e imateriais concernentes à preservação dos edifícios, considerando as teorias contemporâneas de restauração e conservação, além de aspectos relacionados ao simbolismo, à memória e à história inerentes a este tipo de construção.

Em particular será analisado o caso das salas de cinema que, após um período de abandono, foram transformadas em templos religiosos. A questão da memória e do simbolismo toma então um vulto de fundamental importância a ser considerada no momento de se propor novas diretrizes para a transmissão destes bens ao futuro, que tão bem guardam o registro de uma época e de uma arquitetura específica voltada para o entretenimento e difusão da cultura cinematográfica.

O objetivo no momento não é o de se estabelecer a postura de intervenção que mais se adeque ao espaço construído considerando os aspectos materiais e arquitetônicos, mas sim o de iniciar uma análise acerca da dimensão histórica e importância da atividade religiosa como forma de preservação das edificações destinadas originalmente à exibição de filmes.

Palavras-chave: *Preservação, cinema, reutilização.*

**INTRODUÇÃO**

O trabalho a seguir faz parte da pesquisa de mestrado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O objetivo deste artigo é analisar as transformações arquitetônicas das salas de cinema ao incorporarem novos usos, com destaque para o uso religioso, e apontar os níveis de intervenção, observando a correlação entre uso original e preservação de edifícios históricos.

As salas de cinema construídas na cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 20 e 40 do século XX foram representativas de um período de transformação social e econômica que deixou marcas sobre o tecido da cidade. Localizadas principalmente na região central da cidade, em local que viria a ser reconhecida como Cinelândia, ou em centros de bairros nas regiões do subúrbio carioca, esta arquitetura se destacou pelo seu estilo e importância na paisagem, sobretudo como um marco da modernidade, considerando os novos hábitos sociais.

Após um período de efervescência e de grande alcance social, a atividade cinematográfica das edificações, localizadas nas principais avenidas, ruas e praças da cidade, amargou um período de crise e esvaziamento. O declínio da atividade levou ao encerramento do uso em alguns destes



templos da arte. Utiliza-se o termo templo uma vez que se considera o culto aos astros e aos filmes americanos por parte dos seus frequentadores.

Diversos usos foram então incorporados à sala de espetáculo, dentre eles o uso religioso. O uso destes espaços como igrejas, como veremos mais adiante, se aproveita da estrutura remanescente, contrariamente aos diversos usos analisados, como livraria, lojas comerciais e drogaria, para citar alguns exemplos. Neste artigo abordaremos as intervenções e a preservação que incidiram sobre estes edifícios. Este estudo nos mostrará o nascimento, o esvaziamento e morte do cinema nestes espaços e o nascimento para um novo uso que conserve a arquitetura dos destacados edifícios.

Embora o tombamento municipal de algumas destas salas tivesse o objetivo de preservar tanto a arquitetura quanto o uso, verifica-se que esta ação não foi suficiente para a conservação dos edifícios. O estudo a seguir contemplará inicialmente as principais características que marcaram os edifícios, com alguns exemplares, e posteriormente veremos as principais transformações espaciais e em seguida uma análise dos casos observados.

## **AS SALAS DE CINEMA: HISTÓRIA E IDENTIDADE**

Uma nova forma de entretenimento ganha destaque no início do século XX e se torna emblemática nos anos seguintes com a construção de significativos edifícios destinados à exibição de filmes. São as diversas salas de cinema que são construídas de forma mais marcante na área da Cinelândia, na região central do Rio de Janeiro e em um pequeno trecho do bairro da Tijuca, na Praça Seans Pena. Outros bairros do subúrbio carioca também terão as suas salas próprias, geralmente localizadas junto a um local de fácil acesso, como as estações ferroviárias. Importante ressaltar que até a consolidação destes espaços como pólos cinematográficos, com concentração de salas de cinema, os primeiros espaços de exibição se localizavam nos arredores da Praça Tiradentes e anos mais tarde em pequenos sobrados na Rua do Ouvidor, até ocuparem a Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco. Nestes locais a construção das salas não se destacava do entorno, uma vez que os sobrados ecléticos abrigavam também outras funções comerciais.

Os edifícios construídos especificamente na área da Cinelândia destinados para a exibição de filmes, então, foram representativos de um período da história que influenciou o modo de vida da sociedade que se modernizava, ao passo que se destacavam pela sua arquitetura singular, que se destoava da composição formal do entorno e se tornava forte referência para os moradores, e de certa forma uma referência também para o bairro.

No período citado, as construções ganharam vulto e os principais edifícios seguiam a mesma tipologia, com destaque para a composição das fachadas, saguão e o interior. Nas fachadas, as linhas, planos e recortes de superfícies denunciavam a preferência pelo art decó em algumas salas de exibição. Há uma predominância na sobreposição de volumes, divisão da fachada em base, corpo e coroamento, além da composição do interior, inclusive o mobiliário.

No Rio de Janeiro, os primeiros filmes eram exibidos em tradicionais locais de entretenimento, como os teatros de revista, ou os cabarés [1], por exemplo, e apenas nos anos seguintes é que se iniciam as construções de espaços próprios para a exibição de filmes, com destaque para o Cine Pathé de 1928, que foi a primeira sala art decó do Rio de Janeiro, com 918 lugares, a menor sala da Cinelândia.

Na Cinelândia e em seu entorno próximo, como a área do Passeio e Lapa, por exemplo, também houve uma concentração de salas de cinema. Alguns dos edifícios ainda podem ser vistos mantendo diversos usos, mas outros já foram demolidos, restando apenas registros iconográficos destes edifícios. Dentre as edificações que originalmente eram utilizadas como cinemas, que resistiram ao tempo e às intervenções urbanas, pode-se destacar o Cine Pathé, o Cine Odeon, o Cine Rex, o Cinema Vitória, o Cinema Palácio, o Cine-teatro Plaza, o Cine Metro e o antigo



cinema Colonial, onde atualmente funciona a Sala Cecília Meirelles. Em relação aos imóveis que se perderam ao longo do tempo pode-se assinalar o Alhambra, na Rua do Passeio e o Cine Capitólio, na Cinelândia. Embora a Avenida Central (atual Avenida Rio Branco) apresentasse um número maior de salas de cinema, foi este trecho da cidade, a Cinelândia, que consolidou esta nova forma de entretenimento tornando-se a “terra no cinema”.

A trajetória de algumas destas salas como é o caso do Cinema Palácio localizado no Passeio reflete o difícil começo da atividade cinematográfica, quando o espaço era dividido com outras atividades, ou intercalando os usos entre teatro e cinema. O funcionamento do Cinema Palácio se dá a partir de 1929. Atualmente se encontra em obras de restauração.

O bairro da Tijuca, como já apontado inicialmente, foi um dos mais importantes pólos cinematográficos do Rio de Janeiro, o mais importante depois da Cinelândia, consolidou-se com a construção do Olinda, que não mais existe, onde também se destacam as salas de cinema Carioca e América. Estes dois últimos ainda podem ser vistos junto à Praça Seans Peña, mas com novos usos. O primeiro funciona como uma igreja e o segundo pertence a uma rede de drogaria.

Os bairros do subúrbio carioca também vão assistir ao crescimento urbano ainda na primeira metade do século XX e a instalação das salas de cinema nestes locais se fará presente. Os bairros de Realengo, Campo Grande, Engenho Novo, Madureira, Ramos, Olaria e Méier receberão seus próprios cinemas.

## **CINEMAS PRESERVADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

A prefeitura da cidade do Rio de Janeiro apresenta em seu acervo de bens tombados alguns exemplares da arquitetura cinematográfica em diferentes bairros da cidade. Destacam-se imóveis localizados na região central, onde além de serem tombados, alguns destes edifícios estão protegidos pela legislação da Zona Especial do Corredor Cultural. A legislação do Corredor Cultural orienta que as salas de espetáculo tenham preservadas a capacidade e o uso. Dentre as salas localizadas nesta área pode-se destacar o Cinema Plaza no Passeio e o Cine Palácio, ambos localizados na Rua do Passeio.

A Biblioteca do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) guarda em seus arquivos relatórios contendo fichas de cadastro de algumas das principais salas de cinema. Estas fichas têm por objetivo embasar a secretaria de patrimônio em consolidar um tombamento ou de fazer a solicitação para o reconhecimento do bem imóvel, onde constam informações básicas da construção, quando possível, e de seus principais traços arquitetônicos.

De acordo com informações levantadas na Biblioteca do IRPH, pôde-se verificar os imóveis cinematográficos que são atualmente tombados pela Prefeitura. Importante ressaltar que se trata de tombamentos recentes decretados a partir da década de 1990. Esta postura se relaciona com a ampliação do conceito de patrimônio que se difundiu ao longo dos anos 1970, quando da descentralização da política de preservação.

Desta forma o órgão de tutela dos bens localizados no município do Rio de Janeiro estabelece que este conjunto de edifícios deve ser preservado por possuir o testemunho de uma arte no passado e permanecer como um registro da história da cidade apoiada sobre o tecido urbano. Ainda que não sejam monumentos de valor excepcional, referindo-se aos primeiros monumentos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), estes edifícios conservam os valores de sua historicidade e estão relacionados ao contexto em que se inserem, ao mesmo tempo em que permanecem ainda como marcos referenciais e criam laços de pertencimento.

Convém reforçar, de forma sumária, a trajetória da política de preservação que se estabeleceu a partir deste período. Até então, a seleção dos edifícios e monumentos passíveis de reconhecimento como portadores da identidade da nação era orientada somente pelo Instituto do



Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que reconhecia nas construções do período colonial os exemplares mais significativos e representativos nacionais. A partir dos anos 1970 inicia-se um processo de visão mais ampla sobre o patrimônio, e as outras instâncias de preservação, como os estados e municípios, passam a desenvolver políticas locais para a preservação do patrimônio.

O Cinema Vitória, situado junto à Cinelândia, onde hoje está em funcionamento uma livraria, foi tombado pela prefeitura em 2007 segundo o decreto 27705 devido às suas relevâncias histórica, cultural e arquitetônica, como descrito no Diário Oficial.

“Ficam incluídos no tombamento do referido bem sua escala e volumetria originais, sua morfologia e características originais, tanto da fachada, quanto de seu interior. Na edificação, ficam incluídos os acabamentos, revestimentos, ornatos e pisos, vãos, portões, esquadrias, elementos arquitetônicos, decorativos e seus ornamentos internos. No interior do cinema, ficam também incluídos as bilheterias originais, os painéis decorativos em alto-relevo, as escadarias, os guarda-corpos e as sancas da sala de projeção, os detalhes de serralheria, as luminárias e demais aspectos físicos relevantes”. [2]

Na região central da cidade destaca-se ainda o Cinema Íris, localizado na Rua da Carioca. Esta sala manteve o uso como sala para exibição de filmes, voltado exclusivamente para filmes pornográficos. Este edifício é um dos exemplares desta tipologia tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC).

Existem ainda outros exemplares construídos para abrigar os cinemas em diversos outros bairros da cidade, especialmente na área da Praça Senas Pena, bairro da Zona Norte carioca. Dentre estas salas pode-se destacar o Cine América e o Cine Carioca, mas no entanto, estes imóveis não são tombados e não estão localizados em nenhuma área de preservação.

Pode-se citar ainda, dentre os edifícios tombados, o cinema de Ramos construído em 1938 segundo o projeto do arquiteto Ricardo Wriedt e tombado em 1997; o Cine-Teatro Realengo também construído em 1938 e tombado em 2002, localizado no bairro de mesmo nome; Cinema Alfa, construído em 1928 no bairro de Madureira na zona norte carioca e tombado em 2004; o Cine Palácio Campo Grande construído em 1938 e tombado em 1990 e o Cinema Santa Alice inaugurado em 1952 no bairro do Engenho Novo e tombado em 1990.

## **IDENTIFICAÇÃO E VALORES AGREGADOS**

Os edifícios citados anteriormente, destinados para abrigar a atividade cinematográfica no momento de sua consolidação e maior representatividade, são reconhecidos por uma coletividade como portadores de uma época de esplendor do cinema no Brasil, especificamente na cidade do Rio de Janeiro, e se traduzem como lugares de memória. A memória coletiva, ao se propor a salvaguardar os testemunhos do passado, gera uma tentativa de reforçar “os sentimentos de pertencimento” [3], considerando o papel vital da memória coletiva para a formação de uma identidade. É possível identificar o conflito existente no processo de instalação de uma nova atividade em um espaço destinado à cultura, que deixou impressa em suas representações materiais, no caso os edifícios cinematográficos, um simbolismo a que se vê no momento como passível de ser suprimido a um novo uso, considerando principalmente o simbolismo com a incorporação do uso religioso.

É relevante considerar que a história destes edifícios, portadores originalmente de uma mensagem única, vê-se agora passível de uma reconstrução histórica com a possibilidade de sucessão de uma nova identidade, no caso da inserção do uso religioso nas salas de cinema, como pode ser visto no Cine Palácio Campo Grande.



Esta relevância aparece nas fichas cadastrais dos monumentos localizados na Biblioteca do IRPH, assim como também nos decretos de tombamento, como no decreto supracitado referenciando-se ao Cinema Vitória.

Observa-se que não apenas as características de composição da arquitetura são relevantes para o processo de tombamento ou inserção do imóvel como passíveis de preservação, mas também o papel que desempenham no imaginário coletivo e presença na paisagem urbana da cidade.

Considera-se também o uso religioso como formador de um sentimento de pertencimento destinado a um determinado grupo social, e a uma outra coletividade, que deixa igualmente impressa nos espaços que ocupa um simbolismo com uma identidade diferenciada proporcionada pelo uso voltado ao entretenimento.

Sob este aspecto abordado pode-se identificar o conflito citado acima. De um lado a manifestação cultural e simbólica do novo uso, e de outro a permanência de aspectos materiais da edificação, portadora agora de uma nova mensagem e de uma nova identidade.

## **ALTERAÇÕES DE USO**

Não apenas as igrejas ocuparam as antigas salas de cinema, instalando aí usos religiosos, como outras atividades também se apropriaram dos vazios deixados pelos cinemas para destiná-los a outras funções. Este processo ocorreu não apenas na região central da cidade, mas pode ser visto nos bairros mais afastados, nos centros de bairro da periferia. Neste caso os edifícios localizam-se com frequência junto às estações ferroviárias da Central do Brasil.

Pode-se destacar usos como o do Cinema Vitória, construído em 1942 na Rua Senador Dantas. Recentemente todo o edifício passou por obras de adaptação, inclusive a sala de cinema, que passou a ser ocupada por uma livraria. Ainda pode ser visto nas suas fachadas as mesmas características arquitetônicas da época em que funcionava ali o cinema, denunciado pelo letreiro restaurado para as obras da nova loja. Talvez este seja o elemento mais sobressalente capaz de informar e fazer referência ao uso original no local. O seu interior foi tomado por livros. Muitas foram as transformações que incidiram no local, e a mais emblemática pode ser considerada a intervenção na sala de exibição. Uma rampa em forma circular impede que seja percebida a ambiência do salão, de forma que a parede de fundo onde se situaria a tela deixa de ser um elemento de destaque.



**Figura 1 – Fachada do antigo Cinema Vitória, onde atualmente está instalada a Livraria Cultura. Fonte: foto do autor.**



**Figura 2 – Rampa interna na livraria, onde por detrás se localizava a tela de projeção. Fonte: foto do autor.**

Ressalta-se este caso como uma intervenção onde se inserem novos elementos em destaque da ambiência original do cinema, incorporando de certa forma o conceito de distinguibilidade, ou mesmo de descaracterização. Além desta postura de se contrastar com a ambiência pré-existente, destaca-se a forma pela qual o projeto de arquitetura do interior se vale do valor de novidade, onde a obra deve se livrar das marcas de degradação de suas formas originais [4].

Uma das salas localizadas na Praça Seans Pena, como já citado anteriormente, um local onde se destacaram as principais salas de projeção de filmes na cidade, encontra-se demasiadamente descaracterizada. Não só as fachadas do Cinema América encontram-se descaracterizadas, mas também o seu interior apresenta uma outra configuração espacial, onde os novos revestimentos alteraram a arquitetura pré-existente, além da ambiência e amplitude da sala não mais ser percebida no local. Apesar de o imóvel não ter nenhum grau de tombamento ou de preservação, é notória a transformação a que está submetido o antigo edifício construído em 1933. No local hoje funciona uma farmácia ligada a uma rede de drogarias e para atender este uso e o público, as



adaptações não permitem reconhecer outro ambiente senão as prateleiras e balcões com larga oferta de produtos farmacêuticos.

Outras salas de cinema projetadas para abrigar este uso específico, não apresentam mais nos dias de hoje os aspectos mais relevantes da arquitetura na época em que suas salas eram procuradas pelos espectadores em busca de divertimento. Estes edifícios estão hoje sem uso, como o Cine Ramos por exemplo, e suas fachadas apresentam o estado de abandono a que estão submetidas e sujeitas a um conjunto de fatores que contribuem para a sua degradação.

A modificação de uso deve ser analisada de forma cuidadosa, pois é importante avaliar ao menos dois aspectos principais que permitiram as salas serem ocupadas por qualquer outro tipo de atividade, comercial ou religiosa. O primeiro aspecto a ser observado é o fato de que o edifício com uso exclusivo para a projeção de filmes deixa de ser um lugar de identidade, referindo-se ao conjunto de regras de comportamento pertencentes a um grupo em particular. O esvaziamento e a falta de uso estão relacionados ao próprio processo de crescimento da cidade, incluindo as necessidades de segurança e de locomoção entre bairros. Os empresários do setor voltam-se para outros locais mais seguros, além de afirmarem que a manutenção de uma destas salas torna o custo elevado se comparado com as salas que se localizam nos atuais *shopping centers*, local hoje onde está instalada grande parte dos cinemas.

O cinema de rua então deixa de ser o local de referência para este uso, como era no momento de sua eflorescência.

Posteriormente ao processo de esvaziamento inicia-se a ocupação pelos mais diversificados setores de atividade. A transformação de uso a que supostamente está atribuída a ocupação das salas se dá em momento seguinte em que os edifícios estão se degradando devido, prioritariamente, à falta de utilização. Ou seja, qualquer atividade, a princípio, poderia contribuir para a permanência de sua arquitetura, mas dificilmente estaria relacionada à memória coletiva da sociedade.

Alguns edifícios, pois, apresentam atualmente uma configuração espacial diversa do que fora anteriormente, no momento de sua criação e até nos anos seguintes enquanto funcionavam como um cinema, de forma que se torna ilegível um grau de autenticidade em termos da preservação da arquitetura como um todo, considerando as fachadas, o interior e a volumetria.

## **A INCORPORAÇÃO DO USO RELIGIOSO: ESPECIFICIDADE DO PROGRAMA ARQUITETÔNICO**

A audiência do templo se empenha em focar-se no líder carismático. Isto exige um local de destaque para o religioso, tanto para quem celebra a palavra quanto para aquele que se atém a ouvir.

Em visita preliminar, especificamente no Cine Palácio Campo Grande, pôde-se observar que o salão ocupado anteriormente pelos espectadores é hoje ocupado pelos fiéis em algumas destas salas. A necessidade espacial num templo evangélico é muito similar aos antigos usuários, onde um dos aspectos principais é a existência de um assento cômodo para centralizar toda a atenção no religioso que comanda a cerimônia. Esta similaridade existente entre as necessidades espaciais tanto para os espectadores- de filmes- quanto para os fiéis requer mínimas transformações no ambiente, o que contribui para manter a escala interna do edifício. Podem ainda ser vistos em alguns locais os remanescentes da arquitetura original, como a ambiência da sala e o escalonamento das cadeiras. O programa básico de uma igreja, constituído pela nave central e pelo altar pôde ser aproveitado neste espaço, onde a sala de exibição cede lugar à nave e o palco com a tela de fundo é favorável à localização do altar, onde se desenvolvem as atividades religiosas.



**Figura 3 – Interior do Cine Palácio Campo Grande, onde vê-se o desnível entre as cadeiras e o altar ao fundo. Fonte: foto do autor.**



**Figura 4 – Fachada da Igreja instalada em antiga sala de cinema tombada pela Prefeitura em Campo Grande. Fonte: foto do autor.**

Ainda sobre a intervenção nesta sala é possível verificar, preliminarmente, as necessidades de adaptação para a sua atividade. O amplo espaço da sala favorece ao culto. Centenas de cadeiras enfileiradas voltadas para apenas um ponto focal, o altar, o que antes era consagrado à fantasia cinematográfica. No altar o destaque para uma mesa e uma cruz. Formalmente, não há uma grande diferenciação da cena que, outrora, fazia a tela de projeção encher o mesmo ambiente. Mas a semelhança se revela apenas na composição formal entre estes dois usos bem diversos entre si e para um público também específico.

A necessidade programática da igreja evangélica já fora descrita em trabalho recente sobre a consolidação de uma destas religiões no cenário brasileiro, sobretudo a partir da década de 1990. Ao abordar os aspectos construtivos de um novo templo, que deveria ser a grande referência nacional, e também para o exterior, a autora aponta o altar como o ponto onde “todos os olhares convergem” [5] e o local destinado à platéia como “projetado em dois níveis, seguindo o estilo de anfiteatro”.

Esta congruência existente entre o uso dos espaços e seu público, que compreendem desejos e atitudes semelhantes, comuns entre um grupo de indivíduos, faz nascer os lugares identitários [6]. Ao considerar o lugar como um espaço onde as pessoas se relacionam e se reconhecem como



pertencentes a um grupo, fruto de um modo de utilização por uma coletividade que representa neste mesmo espaço um conjunto de normas de comportamento, pode-se entender que se trata de dois lugares. Um refere-se a um lugar onde inicialmente uma parcela da sociedade encontrou nas antigas salas de cinema uma forma de entretenimento, e o outro se refere a um grupo religioso que se estabeleceu no mesmo espaço antes ocupado pelo público dos cinemas, onde atualmente se desenvolvem outras práticas sociais.

Desta forma observa-se que estão inseridos no caso da incorporação do uso religioso os aspectos material e imaterial. O primeiro relaciona-se com a estrutura física do objeto, a sua forma, elementos compositivos de arquitetura e o segundo refere-se ao que não é mensurável, à memória, a história e a relação afetiva destes edifícios com as pessoas que as utilizam.

## **AS ALTERAÇÕES DE USO E A TEORIA DA RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO**

Os monumentos e edifícios históricos erguidos por nossos antepassados são o registro e testemunho das tradições e culturas de determinada época. Não apenas os monumentos de excepcional valor, mas também as obras mais modestas fazem parte do acervo histórico de uma sociedade em todas as nações, e a preservação torna-se um dever de todos os homens, independente da classe a que pertençam [7].

As obras arquitetônicas erguidas com o objetivo primordial de abrigar as atividades do homem e protegê-lo do ambiente externo devem sempre atender a seu principal objetivo, destinando-se a uma função útil aos homens.

O uso de um edifício histórico é visto como uma das principais formas de preservação do imóvel. As teorias de restauração e conservação arquitetônica abordam este tema frequentemente. Segundo os escritos de Viollet-le-Duc, em meados do século XIX, destaca-se: “Ademais, o melhor meio para conservar um edifício é encontrar para ele uma destinação, é satisfazer tão bem todas as necessidades que exige essa destinação, que não haja modo de fazer modificações” [8].

Alguns teóricos posteriores reconhecem igualmente a importância do uso para a preservação dos monumentos como forma de prolongar a vida útil do edifício. Como apontado por Riegl, “É por essa razão que um edifício antigo, que continua a ser utilizado, deve poder abrigar seus ocupantes sem colocar em risco suas vidas ou saúde.” [4].

A manutenção do uso do edifício, seja o uso original ou não, é aconselhável como forma de preservação e conservação dos monumentos. Esta recomendação pode ser vista na Carta de Veneza, documento internacional que trata da conservação e restauração de monumentos, no Artigo 5º: “A conservação de monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar à disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes”. [9]

Ainda em trabalho de doutoramento desenvolvido por Cyro Lyra, pode-se destacar: “Em outras palavras, deve-se verificar se a nova função é condizente com as vocações daquela tipologia arquitetônica e, o mais importante, com a vocação daquele monumento. Embora reutilizações completamente diversas das funções originais tenham salvado do desaparecimento muitos monumentos, pode-se considerar que tais fatos foram excepcionais, possuindo cada tipo arquitetônico um leque finito de vocações de uso”. [10]

Algumas intervenções podem ou não preservar de forma mais autêntica os espaços originais dos edifícios históricos, e também permitir compreender que o uso pode contribuir para a preservação. Comparativamente pode-se recorrer às intervenções citadas no Cinema Vitória e no Cine Palácio Campo Grande para verificar as transformações espaciais ocorridas nas salas de cinema. No caso do primeiro observa-se a intervenção de forma impactante na ambiência do local onde se situava a plateia e na interferência junto à parede onde se situava a tela. No segundo caso,



porém, destaca-se ainda o grande vão destinado aos usuários atuais, os fiéis da igreja, onde a escala da sala (nave) foi mantida, além da composição formal do interior.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma avaliação mais abrangente do impacto da transformação de usos sobre o ambiente construído nos edifícios citados, e desta forma poder analisar as intervenções materiais, requer o aprofundamento da pesquisa através de estudos das intervenções. Além destas intervenções, é necessário desenvolver o estudo do impacto que a transformação de uso provocou na identidade do edifício, atentando para o fato de se ter estabelecido nos edifícios uma nova identidade a partir de um uso sagrado. Até o momento foi possível o conhecimento da ambiência destes espaços em apenas algumas das salas citadas ao longo do trabalho.

O acesso a templos religiosos inseridos nas salas de cinema, embora seja livre, requer autorização para o uso de fotografia. Apenas no local onde funcionou o Cine Palácio Campo Grande foi possível a utilização de máquina fotográfica para registro do local, onde na visita pode-se identificar que a igreja aí instalada se utilizou da estrutura da antiga sala para realizar os cultos e cerimônias.

Os demais ambientes, onde outras atividades se instalaram, apresentam visita livre, como no caso da livraria e da drogaria, onde funcionaram o Cinema Vitória e o Cine América respectivamente, pois se tratam de usos comerciais. Algumas outras salas estão em obras, como é o caso do Cinema Palácio e Cine Plaza, ambos no Passeio, ou permanecem fechadas, no caso do cinema localizado em Ramos. Cabe ressaltar porém que as intervenções das igrejas mostraram-se mais modestas e respeitadas à ambiência das antigas salas do que os outros diversos usos.

Alguns dos exemplos em estudo sofreram intervenções profundas que destituíram os valores mais autênticos dos edifícios, como é o caso do cinema que se transformou em drogaria. Os instrumentos de proteção dos bens culturais que incidem sobre os imóveis não foram suficientes para lhes assegurar uma vida mais prolongada a ser transmitida para as futuras gerações.

A arquitetura enquanto arte tem como um de seus atributos transmitir uma mensagem ou significado. Embora atualmente as edificações abriguem determinadas funções que não correspondem mais ao seu uso original, ainda pode-se verificar em algumas delas os traços que lhes conferiram valores arquitetônicos a serem preservados.

Porém, nota-se que apenas os valores artísticos presentes na composição de suas fachadas podem ainda ser percebidos, notadamente em suas fachadas. Ou seja, apenas o aspecto material, a arquitetura em si, permanece preservada em determinados espaços que sofreram intervenções, como na figura 3, por exemplo. Neste exemplo, o antigo cinema de Campo Grande mantém a ambiência e escala da sala de exibição, além da conservação da fachada frontal. No entanto, o local não é mais reconhecido como lugar de entretenimento, apesar de estar explícito o uso original ao se observar as características apontadas anteriormente. O letreiro na fachada, figura 4, deixa clara a função atual a que se destina o edifício.

Muitos interesses divergem no processo de modernização e de evolução urbana da cidade, onde se acumulam os traços e formas de períodos passados. Neste contexto estão inseridas também as antigas salas de cinema, que após o declínio da atividade passaram a oferecer o amplo espaço interior como possibilidade de novas atividades na cidade em crescimento. E a localização das salas, em centros urbanos, contribui para a sua ocupação.

O conflito estabelecido entre atividades simbólicas ocupando um mesmo espaço, onde se pretende estabelecer o espaço como base de uma memória social que possibilite o reconhecimento da coletividade no lugar é uma questão a ser debatida ao se pensar na preservação dos espaços em estudo, considerando que em oposição ao uso original surge uma nova formulação espacial, com divergentes símbolos que vão constituir um novo lugar no cenário urbano carioca.



Observa-se, por exemplo, o caso do Cine Pathé localizado na Cinelândia. A legislação que incide sobre a área determina que as casas de espetáculo devem ser mantidas, como já citado anteriormente, mas no entanto, o local é ocupado por uma igreja. Ou seja, embora exista uma recomendação e um instrumento legal definindo uma atividade para o espaço, este mesmo espaço já apresenta uma outra identidade atendendo interesses diversos dos que são defendidos pelas políticas e instrumentos de preservação na cidade.

O reconhecimento destas relações existentes entre os homens e o mundo que os cercam, os permite vivenciar o espaço de modo que se sintam mentalmente confortáveis e onde qualquer possibilidade de mudança material e imaterial os deixam inquietos. Seria uma “sobrevivência em virtude do hábito” [11]. Uma possível postura para se intervir nestes edifícios seria desenvolver uma leitura fenomenológica a partir do tempo presente a qual o objeto é analisado considerando sua importância histórica e sua passagem no tempo. Há que se considerar que se trata agora de um espaço sagrado, utilizado pelas igrejas, em edificação com referência a uma tipologia arquitetônica. Esta coexistência deverá permitir através das ações futuras de conservação e preservação a leitura da passagem da obra no tempo.

## REFERÊNCIAS

- [1] Costa, Renato Gama-Rosa. (2011), “Salas de cinema art decó no Rio de Janeiro”. Apicuri, Rio de Janeiro, 160 pág.
- [2] Rio de Janeiro. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro. Ano XXI, nº 4. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://doweb.rio.rj.gov.br/visualizarpdf.php?reload=ok&ediid=00001371&page=4&search=cinema%20vitoria>. Acesso em 29 de maio de 2013.
- [3] Pollak, Michel. (1989), “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*, vol. 2, n.3 , p.3-15, Rio de Janeiro.
- [4] Riegl, Alois. (2006), “O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese”. Trad. Elane Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentini. Ed. Da UCG, Goiânia, 121 pág.
- [5] Gomes, Edlaine de Campos. (2011), “A era das catedrais: a autenticidade em exibição”. Garamond, Rio de Janeiro, 252 pág.
- [6] Augé, Marc. (2012), “Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade”. Trad. Maria Lúcia Pereira. Papirus, Campinas, SP.
- [7] Dvorak, Max. (2008), “Catecismo da preservação de monumentos”. Trad. Valéria Alves Esteves Lima. Ateliê Editorial, São Paulo, 128 pág.
- [8] Viollet-Le-Duc, Eugène Emmanuel. (2006), “Restauração”. Trad. Beatriz Mugayar Kühl. Ateliê Editorial, São Paulo, 76 pág.
- [9] Carta de Veneza. (1964), Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=9F3F9976F5C4CCC0484349AE846761DB?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>. Acesso em 2 de junho de 2013.
- [10] Lyra, Cyro. A importância do uso na preservação da obra de arquitetura. Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais. EBA/UFRJ, 2006. Disponível em: [http://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2012/01/ae13\\_cyro\\_lyra.pdf](http://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2012/01/ae13_cyro_lyra.pdf). Acesso em 29 de maio de 2013.
- [11] Halbwachs, Maurice. (1990), “A memória coletiva”. Trad. Laurent Léon Schaffter. Editora Revista dos Tribunais Ltda, São Paulo, 224 pág.